



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

ACÓRDÃO Nº 149

Feito : Processo Nº 763/91-TCE/ACRE
Relator : Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro
Assunto : INSPEÇÃO DE ROTINA NA PREFEITURA MUNICIPAL DE
BRASILÉIA-ACRE

Procedida a Inspeção e constatandosse irregularidades, concede-se prazo à origem para saneá-las, sobrestado na Secretaria das Sessões, provisoriamente, o processo, para futuro apensamento à Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Brasiléia, exercício de 1991.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 763/91, acima indicado AAC 20 R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimidade, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante da decisão, considerar irregulares as contas inspecionadas; pela notificação do Senhor Prefeito Municipal de BRASILÉIA para, no prazo de trinta (30) dias, sanar as irregularidades apontadas no relatório técnico de fls. 09 a 14 dos autos em exame, ciente este Tribunal de Contas e, sobrestado o processo na Secretaria das Sessões, para futura apensação à Prestação de Contas daquele Município, exercício de 1991.--.--.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 19 de dezembro de 1991.

Cons. JOSÉ EUGENIO DE LEÃO BRAGA
Presidente

Cons. VALMIR GOMES RIBEIRO
Relator

Fui presente:

FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE
Procurador-Chefe do M.P.E.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

ACÓRDÃO Nº 753/91-TCE/ACRE
Relator : Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro
Assunto : INSPEÇÃO DE ROTINA NA PRESTÁTURA MUNICIPAL DE
BRASILÉIA-ACRE
Processo Nº 753/91-TCE/ACRE

Procedidos a inspeção e constatações
preliminares, concedeu-se prazo
origem para saná-las, sobrestado na
Secretaria das Assessorias, providenciando
se, o processo, para a fase de
to a prestação de Contas da Prefeitura
Municipal de Brasiléia, exercício
de 1991.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE
Este documento foi publicado no
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 5.418
d: 07 / 02 / 1992 fl. 06.
Shachado
Secretária do Plenário

Cons. JOSÉ EUGÊNIO DE LÊÃO BRAGA
Presidente

Cons. VALMIR GOMES RIBEIRO
Relator

Fui presidente
FERNANDO DE OLIVEIRA COMDE
Procurador-Chefe do M.P.A.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Processo Nº 763/91

R E L A T Ó R I O:

O Senhor Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**, Relator: "Trata o presente processo de inspeção de rotina realizada na Prefeitura Municipal de Brasiléia, devidamente autorizada pelo plenário desta Corte de Contas, conforme papeteleta de julgamento à fl. 02.

O presente feito, após registrado e autuado, veio por sorteio na forma regimental, cabendo-me relatá-lo.

Pela Portaria nº 105, de 06 de setembro do corrente, foram designados os técnicos deste TCE, Cláudio de Holanda Castro e Luzeni da Silva Cavalcante, para procederem a inspeção ordinária de controle externo, os quais apresetam o relatório circunstanciado às fls. 09/19, relativo ao trabalho executado, abrangendo o período de janeiro/agosto/91.

Oferecido vista ao MPE, este opinou pelo parecer de nº 191, fl. 23.

É o relatório."

CONCLUSÃO E VOTO:

O Senhor Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**, Relator: "Visto e analisado o presente processo, observa-se que as falhas e irregularidades apontadas no relatório técnico, já não causam mais espanto, tendo em vista que são as mesmas detectadas em inspeções anteriores, das quais, foram os Senhores Prefeitos Municipais orientados e advertidos a respeito do assunto.

São inúmeras as irregularidades apontadas no relatório técnico, dentre elas as mais graves são:

- 1 - despesas realizadas sem o prévio empenho;
- 2 - empenhos sem assinaturas do ordenador



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

da despesa e do co-responsável;

3 - fracionamento de despesas na execução de obras, omitindo desta forma o processo licitatório;

4 - contratação de serviços, sem o devido instrumento contratual;

5 - autorização de diárias sem portaria, cujo período de afastamento do servidor não é identificado;
e

6 - as folhas de pagamento são empenhadas pelo líquido, ocasionando desta forma a não obrigatoriedade quanto aos encargos sociais (INSS e IRRF).

Isto posto, voto no sentido de que os atos sejam considerados irregulares e que seja notificado o Sr. Prefeito Municipal de Brasiléia, para no prazo de 30 (trinta) dias, proceda o saneamento das falhas e irregularidades apontadas no relatório técnico, de tudo dando ciência a este Tribunal, e que o presente processo seja mantido em Secretaria, para apensação futura à Prestação de Contas de 1991, do referido órgão, por ocasião de sua remessa a esta Corte de Contas.

É a minha manifestação e meu voto, Sr. Presidente."

D E C I S Ã O:

Conforme consta na Papeleta de Julgamento de fl. 29, a decisão é a seguinte:

"Acolheu-se o voto do Conselheiro Relator pela irregularidade das contas inspecionadas, notificação do Senhor Prefeito Municipal de Brasiléia, para, no prazo de 30 (trinta) dias sanar as irregularidades apontadas no Relatório Técnico de fls. 09 a 14, dos autos, ciente este Tribunal e sobrestado o processo na Secretaria das Sessões para posterior apensação à Prestação de Contas daquele Município, exercício de 1991. Unânime."



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Presidiu a sessão o Conselheiro Presidente José Eugenio de Leão Braga. Participaram do julgamento, além do ilustre Relator, os Conselheiros Isnard Bastos Barbosa Leite, Vice-Presidente, Marciliano Reis Fleming e Hélio Saraiva de Freitas. Ausentes, os Conselheiros Alcides Dutra de Lima e José Augusto Araújo de Faria, justificadamente. Presente, Dr. Fernando de Oliveira Conde, Procurador-Chefe do Ministério Público Especial.-

H. Machado
Hécilda Araújo de Freitas
Secretária do Plenário